

PUBLICAÇÃO MENSAL

Nº 4 2<sup>Ano</sup> 2012 ABRIL  
ANO XXVIII

# *BDA*

**BOLETIM DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

EDITORA **NDJ** LTDA.  
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

# BDA

## BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### SUMÁRIO

#### DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

CONCEITOS IMPRECISOS E ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DISCRICIONÁRIA (Hugo de Brito Machado) .....	389
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – O Exercício do Contraditório e da Ampla Defesa em Confronto com a Súmula Vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal (Alberto Aparecido Gonçalves de Souza) .....	395
CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS SOBRE AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS QUE INTRODUZEM O PLEBISCITO E O REFERENDO COMO INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO LEGISLATIVO DE CRIAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS (Mariana Mencio) .....	427
DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO (Marcos César Botelho) .....	447
CONCURSO PÚBLICO – Aproveitamento, por Outro Órgão, dos Candidatos Aprovados – Ausência de Previsão Editalícia – Irregularidade Atenuada – Cargos com Iguais Requisitos Acadêmicos, Denominação, Atribuições e Salários – Observância Rigorosa à Ordem de Classificação – Presunção de Boa-Fé dos Servidores – Legalidade das Admissões (Tribunal de Contas da União) .....	463
COPA DO MUNDO 2014 – Olimpíada 2016 – Contratações na Área de Tecnologia da Informação – Experiência Adquirida na Preparação para os Jogos Pan-americanos 2007 – Recomendações (Tribunal de Contas da União) .....	467
ALIENAÇÃO DE IMÓVEL – Venda de Terrenos da CEF à Construtora – Indícios de Irregularidades – Valorização de 89% dos Terrenos em Curto Espaço de Tempo – Plausibilidade Devido às Transformações no Mercado Imobiliário – Instituição Financeira que se Utilizou de Valores que, em Princípio, Correspondem ao Preço de Mercado (Tribunal de Contas da União) .....	474
APOSENTADORIA – Servidor Público – Incorporação de Função Gratificada – Cumprimento dos Requisitos Legais – Registro do Ato de Inativação – Considerações (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul) .....	479

continua...

## JURISPRUDÊNCIA

UNIVERSIDADE PÚBLICA – Taxa de Matrícula – Inconstitucionalidade – Edição do Verbete da Súmula Vinculante nº 12 – Pedido de Modulação dos Efeitos da Decisão – Oposição de Embargos de Declaração – Conhecimento Excepcional – Eficácia <i>Ex Nunc</i> , Ressalvado o Direito Daqueles que Já Haviam Ajuizado Ações com o Mesmo Objeto Jurídico .....	483
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – Construção de Empreendimento Imobiliário de Grande Porte – Inexistência de Licenciamento do Ibama – Propositura de Ação Civil Pública – Averbação da Demanda na Matrícula do Imóvel e/ou Registro no RGI – Legalidade – Informação do Consumidor – Princípios da Transparência e da Boa-Fé – Observância, Ademais, da Finalidade do Sistema Registral .....	490
DEMISSÃO – Policial Militar – Ação Anulatória de Ato Administrativo – Morte do Ex-Servidor Público no Curso da Demanda – Herdeiros – Prosseguimento do Feito – Interesse Processual Caracterizado – Reflexos na Esfera Jurídica dos Dependentes – Obtenção de Pensão por Morte – Viúva – Terceira Interessada – Legitimidade para Apelar da Sentença, Ainda que os Demais Herdeiros Não Tenham Recorrido .....	497
SERVIDOR PÚBLICO – Investigador da Polícia Judiciária Civil – Estágio Probatório – Exoneração – Abertura de Sindicância – Observância aos Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório – Não Ocorrência de Ofensa ao Princípio da Presunção de Inocência – Desnecessidade da Instauração de Processo Administrativo Disciplinar .....	502
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Profissionais da Educação Física – Licenciatura de Graduação Plena – Curso com Três Anos de Duração – Atuação no Ensino Básico – Pretensão Exercício de Forma Plena, nas Áreas Formais e Não Formais – Necessidade da Conclusão dos Cursos de Graduação/Bacharelado – Duração Mínima de Quatro Anos .....	509
EMPRESA PÚBLICA – EMPREGADO – Apresentação de Atestado Médico – Período de Afastamento – Prescrição por Profissional Especialista e Credenciado – Recusa Parcial da Empresa – Inexistência de Fundamentação Inadmissibilidade – Ofensa aos Princípios da Razoabilidade e da Boa-Fé – Devolução dos Descontos Indevidos .....	516

## ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL